

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL I

RAYSSA DE SALES FRANÇA

EDITH MARIA BARBOSA RAMOS

SABRINA DA SILVA GRACIANO CANOVAS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU – São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC – Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa – Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG – Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos – Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio – Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM – São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI – Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS – MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos sociais, seguridade e previdência social[Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Sabrina da Silva Graciano Canovas, Edith Maria Barbosa Ramos, Rayssa de Sales Franca – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-257-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Os Caminhos Da Internacionalização E O Futuro Do Direito

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais 3. Previdência social. XXXII Congresso Nacional do CONPEDI São Paulo - SP (4: 2025: Florianópolis, Brasil).

CDU: 34

XXXII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI SÃO PAULO - SP

DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL I

Apresentação

O XXXII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2025, na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo/SP, com o tema “Os caminhos da internacionalização e o futuro do Direito”, foi a oportunidade para reflexão sobre os desafios que a integração global constitui no mundo.

É com grande satisfação que apresento este livro, fruto do trabalho de pesquisadores do curso de Direito de diversas universidades brasileiras no eixo Direitos Sociais, Seguridade e Previdência social. Os trabalhos apresentados tratam de temas inovadores, atuais e importantes, evidenciando uma abordagem interseccional.

Os pôsteres também trouxeram luz para problemas que transpassam o nível jurídico nacional e alcançam direitos transnacionais, e em seus resultados, apontaram soluções jurídicas para tornar a sociedade mais justa, solidária e equitativa. Os textos aqui reunidos buscam não apenas analisar normas e práticas jurídicas, mas também provocar reflexões sobre o papel do Estado e da comunidade na garantia desses direitos.

Este livro é resultado de esforço coletivo e da dedicação de pesquisadores que acreditam na força do conhecimento como instrumento de transformação. Cada artigo traz perspectivas únicas, enriquecendo o debate e ampliando a compreensão sobre questões que afetam diretamente a vida de milhões de brasileiros.

Como organizadora, espero que esta obra seja recebida como uma contribuição significativa para o estudo e a valorização dos direitos sociais. Que ela inspire novas pesquisas, diálogos e ações voltadas à promoção da dignidade e da cidadania.

ORGANIZADORES:

Mestre Rayssa De Sales França – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Doutora Edith Maria Barbosa Ramos - Universidade Federal do Maranhão, Brasil.

Mestre Sabrina da Silva Graciano Canovas - Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

ATUAÇÃO ESTATAL SOBRE O CUMPRIMENTO DO ACESSO À EDUCAÇÃO COM ENFOQUE NA EVASÃO ESCOLAR POR FALTA DE INTERESSE

Anna Clara Ferreira Soares

Resumo

INTRODUÇÃO: A presente pesquisa visa estudar um dos aspectos do desafio do dever do Estado em relação ao cumprimento do direito à educação, um direito social previsto na Constituição de 1988, no aspecto da evasão escolar por falta de interesse dos estudantes.

Desde os anos 1990, com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, tornou-se mais estreita a relação da garantia da educação como um dever do Estado, destacando-se os princípios do melhor interesse da criança e da condição peculiar de desenvolvimento. Frente a isso, é notório que dificuldades tenham sido enfrentadas para que esse direito seja gozado com plenitude, pois a educação de crianças e jovens vai além do mero acesso às instituições, sendo imprescindível que sejam observados mecanismos para que essa parte da população tenha educação de qualidade e permaneça estudando.

Essa questão mostra a falha do sistema com as crianças e os adolescentes protegidos pela legislação. Entre a população jovem do país, aponta o IBGE que quase 9 milhões de pessoas não haviam completado o ensino médio, sendo aproximadamente 25% por falta de interesse em estudar. Diante disso, surge um alarme para que os mecanismos usados para a efetivação de direitos garantidos na Constituição sejam mais eficientes.

Vitor Henrique Paro destaca que a escola em seu sistema atual, corrobora para que esse fato aconteça, já que a maneira de ensino e o conteúdo das escolas estão desvinculados dos interesses da população. Dessa maneira, o ensino público oferecido passa a não cumprir o papel de educar de fato, sem desenvolver o senso crítico e interesse dos estudantes, fazendo com que os jovens não enxerguem uma utilidade prática na educação formal e assim, evadindo.

Em estudos realizados nos últimos anos, foi apontado que uma mudança da maneira como o ensino é tratado em sala de aula, abandonando o modelo tradicional de estudo passivo, pode mudar totalmente o relacionamento do aluno com o aprendizado e tem apresentado resultados significativos em outros países do mundo. Nesse prisma, é relevante a consideração de uma mudança no modo em que se enxerga a educação brasileira.

PROBLEMA DE PESQUISA: Frente ao tema introduzido, é inegável que o acesso do direito à educação em seu sentido amplo fica prejudicado pela falta de mecanismos que deixem os

jovens interessados em sua educação, principalmente em relação à população de baixa renda, já que essas são as pessoas que mais dependem do sistema público educacional.

A partir disso, busca-se responder a seguinte pergunta: Como o Estado pode atuar para a diminuição da taxa de evasão escolar, pelo motivo de falta de interesse, da população brasileira de baixa renda, efetivando assim o direito à educação previsto no art.205 da Constituição Federal?

MÉTODO: Essa pesquisa será feita pelo método qualitativo, baseado na análise bibliográfica. O objetivo é examinar criticamente o material utilizado em consonância com a lei e os princípios do melhor interesse da criança e da condição peculiar de desenvolvimento.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Com esse estudo, pretende-se adentrar nas possibilidades de efetivação do direito à educação em relação ao interesse dos jovens na escola.

Uma das hipóteses é a aprendizagem ativa, que visa colocar o aluno como protagonista, fazendo com que não aprendam de maneira majoritariamente passiva, como é aplicado hoje nas escolas públicas brasileiras, integrando o estudante com o estudo, trazendo sentido para o que está sendo feito. Tal forma de ensino poderia implicar na remodelação da estrutura da escola que se tem hoje, podendo ressignificar a educação para crianças e adolescentes, fazendo com que o direito da educação previsto na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente pudesse se aproximar da efetividade.

Palavras-chave: evasão, educação, Estado

Referências

PARO, Vitor H. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2022. E-book. p.197. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552508/>. Acesso em: 30 set. 2025.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o de estudar”. Educar em Revista. Curitiba, n.39, p.279- 292, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a18.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2025.

FALCÃO, Eliete Ribeiro; PAULY, Evaldo Luís. Crianças e adolescentes em situação de evasão escolar: desafios e limites da garantia do direito à educação. Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v.19, n.1, p.5162, 08 jul. 2014. DOI: 10.18316/1348. Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/1348/1123>. Acesso em 24 de agosto de 2025.

FARIA, Pablo Antônio; MARTIN, Ana Luiz de Aguiar; CRISTO, Cinthia Sampaio. Aprendizagem Ativa na Educação em Saúde: Percurso Histórico e Aplicações Active Learning in Health Education: Historic Background and Applications. Revista Brasileira De Educação Médica, v. 39, n. 1, p. 143-150, jan. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/MkJ5fd68dYhJYJdBRRHjfrp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.